

COMISSÃO TRIPARTITE PARITÁRIA PERMANENTE – CTPP

Ata da 36ª Reunião Ordinária

Local: Escola Nacional de Administração Pública – ENAP / Brasília-DF

Data: 27 e 28 de novembro

Horário: 10h00 às 17h00

Participantes: Ruth Beatriz Vasconcelos Vilela (SIT); Domingos Lino (SIT); Rinaldo Marinho Costa Lima (DSST/SIT); Joaquim Gomes Pereira (DRT/SP); Antônio Roberto Lambertucci (FUNDACENTRO); Osavaldo Bezerra (FUNDACENTRO); Joel Pereira Félix (CGT); Jesus Francisco Garcia (CUT); Arnaldo Gonçalves (Força Sindical); Valdete Lopes Ferreira (Força Sindical) Adir de Souza (SDS); Júlio Maito Filho (CNC); Luis Sérgio Soares Mamari (CNC); Mauro Daffre (CNI); Ronald Caputo (CNI); Magnus Ribas Apostólico (CNIF); Adriana Giuntini Viana (CNT); Eduardo Yojiro Koizumi (CNA); Míriam Chaves (GM/MTE); Rogério Alves da Silva (DSST/SIT); Ângela Cotta Ferreira Gomes (Consultora MTE) e Adelane Andrade Martins (GM/MTE).

Ausências justificadas: Guilherme Pedro Neto (CONTAG/CUT), Plínio José Pavão de Carvalho (CUT), Benedito Dario Ferraz (CNT), Marco Antônio Gomez Pérez (M. Saúde), Geraldo Almir Arruda (MPS) e Arline Sydnéia Abel Arcuri (FUNDACENTRO).

A reunião foi iniciada sob a coordenação do Sr. Domingos Lino, que justificou a ausência momentânea do Diretor do DSST e relatou circunstâncias à cerca da Comissão dizendo que a mesma passa por um momento importante e que deveria fazer uma avaliação sobre suas ações, realizações, erros e acertos para na oportunidade desse encontro, planejar suas metas para 2004, construir algo mais estruturado facilitando o alcance de seus objetivos. Dra. Ruth Beatriz lembrou o momento de turbulência vivido em 2003, porém disse que para 2004 há a expectativa de grandes realizações, recuperando assim ações e o tempo perdido. Falou sobre a necessidade de definição de uma missão e objetivo da CTPP, e enfatizou que a CTPP deve se integrar de forma mais participativa com a Secretaria de Inspeção do Trabalho não só em anuência sobre realização de reuniões e participação no processo de normatização bem como nos próprios programas e projetos, inclusive no Planejamento da SIT. Pediu que Comissão revisse seu conceito e se torne mais ousada para avançar mais, sendo mais participativa, e frisou que as portas da SIT estão abertas para a CTPP. Feitas tais introduções a reunião passou a ser coordenada pela Sra. Ângela Gomes, consultora do MTE, responsável pela direção dos trabalhos de planejamento da Comissão para o ano de 2004. Foram levantadas as principais **realizações** da Comissão **em 2002 e 2003** e as principais **dificuldades** enfrentadas conforme o ponto de vista de cada bancada. Dentre as realizações identificadas pela Bancada dos Trabalhadores destacaram-se as alterações na NR-18 (Construção Civil), NR-22 (Mineração) e NR-29 (Portuária); a publicação da NR-30 (Aquaviária); o avanço na discussão da NR-04 (SESMT) e da NR-10 (Eletricidade); o início das discussões da NR-31 (Espaço Confinado), da NR-32 (Setor Saúde) e NR-33 (Rural); a realização das CANPAT Rurais; o Encontro Nacional Tripartite; e a participação da CTPP na capacitação dos auditores fiscais do trabalho. Como dificuldades os trabalhadores identificaram a ausência de uma política de qualificação e capacitação dos trabalhadores; a descontinuidade da agenda do ano de 2003; a falta de ações políticas na área de segurança e saúde; e a falta de uma ação intersetorial e institucional na área de segurança e saúde no trabalho. A Bancada Patronal apontou as seguintes realizações: O processo negocial tripartite, que vem funcionando de forma positiva e tem sido um processo vitorioso servindo de exemplo para outros setores e níveis; a eficácia das

Normas, que com os devidos acompanhamentos de implementação vêm tendo melhor aplicabilidade em seus setores; os métodos de divulgação e participação da sociedade, a realização de eventos para divulgação; as mudanças nas relações Capital/Trabalho/Estado; tratamento sistêmico de segurança e saúde no trabalho; e o incentivo aos processos bipartites de negociação, os acordos e convenções coletivas. Dentre as dificuldades destacaram: os textos técnicos básicos de algumas Normas, que contém uma riqueza de detalhes que não se enquadram com a realidade dos setores; insuficiência na coordenação de grupos; a falta de integração dos órgãos do Governo; a tendente paralisia dos trabalhos em 2003 que causou uma deformação no processo com alguns GTTs por conta própria; e representações estranhas à estrutura. A Bancada do Governo destacou dentre as realizações o Programa de Governo, a proposta de intersetorialidade e transversalidade que depois de firmada deverá proporcionar uma homogeneidade nos avanços dos trabalhos em conjunto; a ampliação das atribuições da CTPP; e o avanço nas discussões da NR-10 e principalmente da NR 33 que entre seus altos e baixos conseguiu se resgatar as discussões e proporcionar um bom andamento. Como dificuldades apontou a questão da transição governamental e a reformulação da própria CTPP, alegando também que houve a dificuldade interna no Governo, o que refletiu numa ausência de produtos. Após as apresentações e justificativas das realizações e dificuldades, Sr. Rinaldo Lima, Diretor Interino do DSST, explicou sua ausência inicial e fez uma breve exposição sobre o atual processo de reconstrução do DSST que ainda se encontra indefinido, motivo pelo qual não teve uma participação eficaz na Comissão, mas após tudo normalizado o DSST atuará efetivamente na Comissão. O processo de definição da **missão** da CTPP se deu com sugestões das três bancadas que depois de consolidadas se traduziu no seguinte tema: ***“Promover a efetiva melhoria das condições de trabalho, contribuindo para elaboração e acompanhamento de políticas integradas de saúde e segurança através de sistema tripartite de construção compartilhada e diálogo social”***. Numa antecipação do roteiro, onde seriam analisados aspectos para levantamento do cenário no qual a Comissão se insere, foram colocadas em discussão as pendências de 2003. Sr. Joaquim Gomes, Auditor Fiscal do Trabalho e coordenador do GTT/NR-10, leu e explicitou ponto a ponto o relatório que dispõe sobre as diretrizes básicas para a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, destinados a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que direta ou indiretamente interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade nas fases de geração, transmissão, distribuição e consumo, incluindo as etapas de projeto, construção, montagem, operação, manutenção das instalações elétricas, e quaisquer trabalhos realizados nas suas proximidades. Expôs sobre o dissenso no item 10.7.3 onde há concordância da Bancada dos Trabalhadores e a do Governo quanto a redação original, sendo apresentado pela Bancada dos Empregadores uma outra proposta de redação, expôs também sobre a elaboração de uma proposta (10.7.3.1); afirmou que a NR precisa de tempo de transitoriedade necessitado de uma série de itens que demandam treinamento, mudanças habituais, concentração de mão-de-obra dentre outros fatores; lembrou que a NR-10 foi profundamente alterada, fato que implica na necessidade de se instituir um comitê permanente para a efetiva implementação NR e para assessorar o Estado quanto às devidas adequações, enfatizou que a Norma incide sobre outras e no que tange a itens específicos, o comitê permanente poderá colaborar também nas adequações dessas normas tais como a NR-06 (EPI adequados), NR-23 (Incêndio por curtos circuitos), assim como a NR-26 (Sinalizações específicas). Informou que mesmo sem estar em vigor, já existem empresas adotando os procedimentos nela contidos, o que indica a sua grande aceitação do setor. Sr. Jesus Garcia, membro do GTT/NR-10, Bancada dos Trabalhadores, falou sobre o Setor Elétrico passou por um processo de reestruturação que provocou 4 impactos: redução do quadro de trabalhadores, redução da relação empregador/trabalhador; a inalteração da política no

setor; a mudança do conceito empresarial que deixaram de atender às necessidades públicas para atender ao mercado; e a terceirização que acarretou o aumento do índice de acidentes e mortalidade no setor. Afirmou que a redação do item 10.7.3 tem que realmente ser aprovado na forma original, e que não se pode mais admitir tantos trabalhadores morrendo no setor, que a Bancada Laboral defende, antes de tudo, a vida. Sr. Magnus Ribas disse que a questão deve ser levada e discutida no respectivo Grupo, que a Bancada Patronal do GTT repassou à da CTPP que não houve consenso e que mesmo ante apresentação de alternativas, de nada adiantaria devido a irredutibilidade da Bancada dos Trabalhadores em aprovar outra redação que não a original. Disse achar que a NR-10 é muito complexa, teve dificuldades até mesmo de chegar a ser prioridade na CTPP, mas que esse único item, que é técnico, não pode ser tratado de forma ideológica, deve-se ter bases técnicas para saber se esse item tem ou não que ser executado por duas pessoas, ou apenas por uma ou até mesmo suprimido da Norma. Após discussões, Sr. Domingos Lino repassou os seguintes encaminhamentos acordados entre as três bancadas quanto à NR-10: em 15 dias o dissenso do item 10.7.3 deve ser solucionado e a Norma fechada em sua totalidade e após conclusão dos trabalhos de revisão será instituída a Comissão Nacional do Setor Elétrico e posteriormente seus CPR. Na oportunidade Sr. Joaquim Gomes agendou para o dia 08 de dezembro de 2004 a reunião final do Grupo para o alcance do total consenso da Norma. Sr. Jesus Garcia solicitou à Bancada do Governo providências para investigação de um acidente de trabalho em empresa do Setor Elétrico na cidade de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo. Foi informado por Sr. Joaquim Gomes que a DRT-SP realizará a investigação. Ainda sobre pendências de 2003, após o Sr. Eduardo Koizumi (Bancada dos Empregadores) ter feito explicitação com justificativas e estudos técnicos para readequação dos itens 11.2.5 e 11.2.6 da NR-11. Sr. Lino propôs que o assunto fosse encaminhado para discussão em conjunto com a FUNDACENTRO e que os estudos apresentados sejam discutidos conjuntamente com designados da Bancada dos Trabalhadores e dos empregadores e que havendo acordo, na próxima reunião se dará consenso às alterações dos itens. Sr. Luis Mamari, em considerações feitas a palavras anteriormente ditas por Sr. Jesus Garcia, frisou que a Bancada Patronal não aceita e repudia que alguém diga que defende a vida insinuando que os empregadores não priorizam tal princípio. Finalizando os trabalhos do primeiro dia de reunião, foi lembrado por todos os presentes o dia do Técnico de Segurança do Trabalho. No início dos trabalhos do segundo dia, Sr. Magnus Ribas propôs que houvesse uma articulação maior e direta com o Congresso Nacional e que a CTPP, com devidas competências instituídas, pudesse analisar toda e qualquer proposta que verse sobre assunto de sua área de atuação antes de votação no Congresso, seguindo o exemplo do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE. O Sr. Domingos Lino disse que com a institucionalização da CTPP, tal articulação será fortalecida, porém comentou que o MTE tem a Assessoria Parlamentar – ASPAR que encaminha vários Projetos de Leis à SIT e que a priori seria possível a SIT demandar pareceres à CTPP. Dra. Ruth Beatriz disse que é possível tal articulação, começando com a comunicação de que alguns PL tenham nota técnica emitidas pela CTPP e posteriormente se conseguir uma antecipação na elaboração desses pareceres. Prosseguindo a elaboração do Planejamento, as bancadas se reuniram e em seguida foram apresentadas as propostas, por cada bancada, que depois de discutidas e consolidadas foram assim estabelecidas:

1. Acompanhar; gerar e apresentar subsídios; e levar participação da CTPP para o Fórum Nacional do Trabalho.
2. Apoiar, demandar e ajudar a gerar soluções que promovam a integração entre ministérios que tenham interseção com a área trabalho.
3. Participar, articular, levar os avanços da CTPP e o modelo tripartite para as discussões do Mercosul.

4. Aprofundar relação, melhorar articulação com outros atores relevantes para a missão da CTPP.
5. Promover ações de informação e comunicação, atuando na prevenção.
6. Avançar no debate e proposição em relação às micro e pequenas empresas.
7. Aperfeiçoar o funcionamento/operacionalização da CTPP permitindo resultados que correspondam à capacidade acumulada.

Também foi estabelecido o **cronograma de reuniões** da CTPP para o ano de 2004, sendo disposto que as reuniões ordinárias serão bimestrais com agendamento em outros Estados do país, ficando pré-marcados os meses de janeiro, março, julho, setembro e novembro para realização das reuniões, sendo que a reunião do mês de julho terá a duração de 2 (dois) e terá como objetivo o Planejamento Estratégico da CTPP. Sobre prioridades de ações para o ano de 2004 foram consensados os seguintes encaminhamentos: A **NR-04**, após o período de paralisação em 2003, continuará a ser um compromisso do DSST, aguardando-se apenas a recomposição do DSST para retomada dos trabalhos. Após essa reestruturação o GTT será convocado para definir uma premissa de diretriz e volta ao ponto em que os trabalhos foram interrompidos. A **NR-10**, pendente de finalização apenas por falta de consenso no item 10.7.3, será concluída no prazo de 15 dias, tendo já agendada para o dia 08 de dezembro de 2003 a reunião do referido GTT para fechamento dos trabalhos de revisão, sendo que após tal processo o mesmo Grupo se transformará em Comitê Permanente. Sobre a **NR-33** (Rural) foi informado que no dia 04 de dezembro ocorrerá reunião onde se espera fechar a NR em sua totalidade; foram citados os itens pendentes e comentado que o item sobre “máquinas” poderia apresentar alguns problemas na negociação, uma vez que a implementação pode implicar em ônus monetário de maior monta para empregador, além de algum outro contratempo. Sr. Magnus Ribas frisou que a NR deve se ater ao produtor individual, que tal questão não deve ser resolvida de forma imediatista devido a grande proporção do problema em nível nacional, lembrou que já existe uma instância permanente de negociação, a CPNR, que pode trabalhar melhor uma normatização sobre o tema posteriormente. Foi informado também sobre a complexidade do item sobre “áreas de vivências” que, separadamente dos demais itens, recebeu o encaminhamento de que se houver problema na negociação por parte desse tema, tal questão será trazida à CTPP para decisão final. A **NR-32** será prioridade da CTPP em 2004, serão feitas todas as indicações até o final de fevereiro de 2004 e após o período de carnaval se instituirá o GTT para imediata atividade. Sobre a **NR-31**, a Bancada Patronal manifestou que tal NR exige-se uma certa cautela antes de começar sua revisão devido uma enorme definição do que seja “espaço confinado”, e que esse termo deve ser bem avaliado para que não acarrete dificuldades na formação do GTT por problemas de representações. Atendendo a solicitação da Bancada Patronal, as demais bancadas acataram o encaminhamento de se decidir na próxima reunião se tal NR será priorizada ou não pela CTPP em 2004. A **NR-20** também ficou pendente de decisão, ficando encaminhada a elaboração de um relatório circunstanciado pelo DSST que será apresentado na próxima reunião onde se decidirá também a priorização dessa NR. A **NR-11** no que tange o empilhamento de sacarias, itens 11.2.5 e 11.2.6, foi demandado que Sr. Antônio Lambertucci marcará reunião com um técnico da FUNDACENTRO, juntamente com o Sr. Eduardo Koizumi representante dos empregadores e um representante dos trabalhadores para procederem análise sobre o estudo técnico explicitado e apresentarem propostas de redação na próxima reunião da CTPP onde serão estabelecidas providências conclusivas. Sobre a conversão do **Anexo VI da NR-15** (trabalho em condições hiperbáricas) em Anexo I da NR-30 (trabalho subaquático), foi deliberado que o DSST convocará o Auditor Fiscal do Trabalho, José Roberto Aragão, para repassar informes sobre os trabalhos realizados do respectivo GT, e após análise, discussão sobre os andamentos a serem tomados quanto essa normatização. Sobre a formação do GT do **Anexo V da NR-16** (Radiações

Ionizantes), foi levantada a necessidade de, após todos os membros devidamente indicados, se realizar consulta ao referido setor na forma de oficina de trabalho ou workshop para elaboração de um texto mais atualizado com a realidade. Tal evento deve ser realizado em meados de março de 2004 e logo em seguida o GT entrará em atividade de elaboração. A decisão sobre a disponibilização para Consulta Pública da proposta de texto do **Anexo I da NR-17** (checkout de supermercados) juntamente com a proposta de criação do **GT-Asbestos** foi postergada para a reunião a ser realizada em março de 2004. Os subitens da **NR-22** (22.36.12.1 e 22.36.12.1.1) compatibilizados com o item da NR-05 (5.35) pela Comissão Permanente Nacional do Setor Mineral – CPNM, tiveram sua publicação acordada pelos presentes. Ainda sobre a CPNM foi solicitada urgência na uniformização de sua composição, e uma vez niveladas as representações, foi dispensada a existência do membro de cada bancada da CTPP na CPNM, podendo estes ser substituídos por representante da respectiva banca; também foi apresentada a proposta de composição para as bancadas dos demais comitês permanentes que é a de 5 (cinco) membros titulares e 3 (três) outros na condição de assessores, extinguindo-se a figura do “membro suplente”, tal proposta está sendo discutida nas respectivas bases. Sr. Domingos Lino informou que a **INFRAERO** tem interesse no segmento dos trabalhos que geraram as Medidas Adicionais de Proteção nas Atividades de Abastecimento de Aeronaves propondo a constituição de Grupo Técnico para discussão e criação de uma Norma Regulamentadora Aeroportuária. Exposto tal fato, foi deliberada a realização de um debate entre algumas entidades do Setor onde se tirarão conclusões sobre a necessidade de uma nova NR a serem apresentadas na próxima reunião para posteriormente se decidir sobre a realização de workshop ou evento específico. A aprovação da Ata da 35ª Reunião Ordinária foi postergada para a próxima reunião. Nada mais a ser discutido, a reunião foi encerrada.